

19 ABR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Ex-prefeito tem bens bloqueados por fraude em contrato da merenda

Justiça determinou a indisponibilidade dos bens de Barbosa Neto, do ex-secretário Marco Cito (Gestão Pública) e dos donos de sete empresas



O promotor de Defesa do Patrimônio Público, Ricardo Benvenhu, detalha na ação o esquema que gerou prejuízo de R\$ 2,2 milhões aos cofres da Prefeitura de Londrina

Empresas que forneceram orçamentos seriam do mesmo grupo econômico assim como as que participaram do pregão presencial

Loriane Comeli
Reportagem Local

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, determinou a indisponibilidade de bens do ex-prefeito Barbosa Neto (sem partido), de seu ex-secretário de Gestão Pública Marco Cito e de sete empresas do setor alimentação e de seus respectivos donos ou responsáveis em razão de

suposta fraude na contratação, em 2011, da Geraldo J. Coan & Cia Ltda. para prestar o serviço de preparo da merenda escolar. Apenas com o superfaturamento dos preços do serviço, o esquema gerou prejuízo ao erário de R\$ 2,2 milhões. A decisão foi proferida nesta terça-feira em ação civil pública protocolada na última segunda-feira pelo promotor de Defesa do Patrimônio Público Ricardo Benvenhu.

O promotor narra, detalhadamente, com base em auditoria feita pela Controladoria-Geral do Município, os meandros da fraude, que teria começado ainda na fase de formação de preços.

CONTINUA

Empresas que forneceram orçamentos seriam do mesmo grupo econômico assim como as que efetivamente participaram do pregão presencial. O conluio, desde o início, teria o propósito de fazer com que a J.Coan, que tinha os preços mais elevados, vencesse a licitação, o que de fato ocorreu. O contrato foi assinado em janeiro de 2011.

Alguns meses depois, em setembro, o Ministério Público (MP), por meio da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, encaminhou recomendação administrativa a Barbosa, solicitando a rescisão do contrato. Àquela época, o MP ainda não sabia do superfaturamento – a auditoria da CGM foi concluída em 2004, mas era de conhecimento público que a J. Coan integraria o “cartel da merenda escolar”, esquema criminoso que foi investigado entre 2011 e 2012 por promotores de Londrina e de São Paulo.

Entretanto, a administração pedetista levou adiante o contrato, que, incluindo todas as irregularidades, teria causado mais de R\$ 11 milhões em prejuízo. Quanto ao sobrepreço, foram superfaturados itens como salários pagos às merendeiras, auxílio-alimentação, custo com escritório, pagamentos indevidos a título de PIS e Cofins, reserva técnica, capacitação, aviso prévio e ISS.

A auditoria da CGM concluiu que os orçamentos apresentados para formar o preço máximo do edital eram inválidos: um deles não tinha dados essenciais, como o número do CNPJ da empresa que o apresentou; outro não tinha data; outro não

estava assinado; duas das empresas além de terem o mesmo endereço, eram administradas por pai e filho, respectivamente; nenhum dos orçamentos continham uma planilha de preços detalhada.

Além disso, apontou o juiz, ao deferir a liminar de bloqueio de bens, apesar de todas as irregularidades, os preços apresentados pela Geraldo J. Coan, se confrontados com os apontados nas cotações das demais empresas concorrentes, foram em média 43,97% maiores. “Estranhamente, semelhante discrepância foi completamente negligenciada pelo secretário de Gestão Pública e pelo prefeito municipal, cargos então ocupados, respectivamente, pelos réus Marco Antônio Cito e Homero Barbosa Neto”, escreveu Vieira.

Barbosa Neto, Cito e os representantes das empresas envolvidas não foram localizados pela reportagem.

CARTEL

O cartel da merenda, do qual a J. Coan fazia parte, resultou em ação por improbidade administrativa contra o ex-prefeito Nedson Micheletti (PT) e seu ex-secretário de Gestão Pública Jacks Dias, além das empresas integrantes do cartel e seus dirigentes. Distribuída à 2ª Vara da Fazenda Pública, aquela ação relata como o governo petista, a SP Alimentação – que prestou serviços em Londrina entre 2006, quando Nedson terceirizou a merenda escolar, e 2010 – e outras empresas do cartel teriam causado prejuízo de

mais de R\$ 31 milhões (em valores atualizados em 2012) à Prefeitura de Londrina. Um ex-funcionário da SP tornou-se colaborador das investigações e delatou o esquema ao MP.

19 ABR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Advogados de GM

questionam

distribuição

de inquéritos

Defesa de Ricardo Felipe quer que
procedimento referente ao triplo homicídio
fique a cargo da 1ª Vara Criminal

Celso Felizardo
Reportagem Local

Os advogados do guarda municipal Ricardo Leandro Felipe, indiciado por matar três pessoas e balear outras duas no dia 3 de abril, em Londrina, questionaram a distribuição dos inquéritos na Justiça. De acordo com o advogado Lucas Pünder, o inquérito referente ao triplo homicídio, que na visão dele, deveria ser encaminhado à 1ª Vara Criminal, que julga crimes contra a vida, acabou se juntando a outros dois inquéritos que apuram agressões às ex-companheiras na 6ª Vara Criminal - Maria da Penha.

"Embora os casos tenham algum tipo de relação, as pessoas não tinham ligação profunda entre si", defendeu o advogado. Os inquéritos foram concluídos pela Polícia Civil na quarta-feira (12). Sem negar a autoria dos crimes, os advogados expuseram atestados de problemas de saúde mental do cliente.

Pünder apresentou documentos sobre o histórico de saúde de Felipe. "Ele tem vários atestados médicos por distúrbios psicológicos. Existe um histórico em questão que não justifica os crimes, mas que precisa ser levado em conta", argumentou.

De acordo com o advogado, só um profissional capacitado poderá avaliar a sanidade do cliente. "Encontramos paralelos em outros casos no País em conversas com neurologistas e até mesmo em literatura. Sobre os três inquéritos, Pünder diz que Felipe nega a agressão à Rachel. Já em relação à mulher com quem o agente convivia, Pünder alegou ter ocorrido uma "agressão mútua" no dia anterior aos homicídios.

O advogado disse que a defesa vai trabalhar para tentar esclarecer as motivações e o nível de consciência do guarda municipal durante os crimes. "É preciso ser levado em conta que ele foi casado por 19 anos sem nenhum tipo de

problema deste tipo. Inclusive, deste primeiro relacionamento, ele tem três filhos que também sofrem com a situação", declarou.

O delegado-chefe da 10ª Subdivisão Policial de Londrina, Osmir Ferreira Neves, disse que a intenção do acusado de cometer os crimes contra mulheres explica o encaminhamento do inquérito à Vara Maria da Penha. No entanto, o delegado informou que o documento passará por uma apreciação inicial e que é a Justiça que definirá a destinação. "Fizemos a investigação e entregamos o inquérito ao Ministério Público. Mais que isso não posso comentar, pois foge das minhas competências", informou o delegado. O promotor Ronaldo Costa Braga, que analisa o inquérito policial, não foi encontrado para conceder entrevista.

19 ABR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Igreja Universal é condenada a indenizar idosa

Priscila Mangue

Agência Estado

São Paulo - A Igreja Universal do Reino de Deus foi condenada a indenizar em R\$ 10 mil uma idosa de então 86 anos que quebrou a perna durante uma cerimônia religiosa, ocorrida em fevereiro de 2013. A decisão ocorreu no dia 29 de março na 6ª Vara Cível de Osasco, por determinação da juíza Mariana Horta Greenhalgh. O incidente ocorreu em um templo do bairro Jardim Baronesa, em Osasco.

“É inegável que os fatos narrados ensejaram, além da lesão física, sofrimento e angústia à autora, tendo em vista as fortes dores oriundas da fratura do fêmur e o comprometimento de seus movimentos, pelo que restam configurados os danos morais”, escreveu a magistrada na decisão.

O advogado Eliél de Carvalho conta que Maria de Lourdes Souza de Oliveira, hoje com 90 anos, estava na primeira fileira do culto quando ocorreu o ritual de “libertação de demônios”, durante o qual o pastor a teria derrubado enquanto “exorcizava” um fiel. Segundo ele, a aposentada precisou ser submetida a uma cirurgia e sofreu sequelas que a impedem de se locomover sem o uso de cadeiras de rodas.

Em nota, a Igreja Universal afirmou ter agido “com responsabilidade com a vítima do acidente, prestando todo o apoio”. “Repudiamos, porém, o juízo baseado em total ausência de provas, do qual pretendemos recorrer às instâncias superiores”, escreveu.

A versão é, contudo, contestada por Carvalho, o qual diz que a idosa foi levada para atendimento médico por amigos da família e que a igreja não prestou qualquer tipo de ajuda no momento do incidente ou em ocasiões posteriores.

Ainda segundo o advogado, a família da vítima deve recorrer da sentença para aumentar a indenização. “O dano moral tem um poder punitivo. Nesse caso, teria que ser uma indenização de no mínimo R\$ 100 mil”, afirmou.

INFORME FOLHA DE LONDRINA

Leilão da Lava Jato

Após autorização da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, três lotes remanescentes de um imóvel bloqueado judicialmente durante as investigações da Operação Lava Jato serão leiloados no próximo dia 26. Trata-se do empreendimento hoteleiro Web Hotel Salvador, pertencente à GFD Investimentos Ltda, e que estava em nome do doleiro Alberto Youssef. O imóvel tem 3.789 metros quadrados de área construída sobre um terreno de área de 9.246,31 metros quadrados, além do mobiliário de 120 unidades e das áreas de serviço e administrativas. O Web Hotel Salvador faz parte do Condomínio Alfazema, localizado em Salvador. Os leilões serão realizados por meio eletrônico, por meio do portal www.marangonileiloes.com.br.

19 ABR 2017

Palocci segue preso

Por unanimidade, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu nesta terça-feira (18) manter preso o ex-ministro Antonio Palocci. Conhecido como "Italiano" na planilha da Odebrecht, Palocci assumiu o Ministério da Fazenda durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, sendo o ministro mais poderoso à época ao lado de José Dirceu. Na gestão Dilma Rousseff, ocupou a Casa Civil. Palocci é réu por corrupção e lavagem de dinheiro no âmbito da Operação Lava Jato. Ao negar o pedido de liberdade, o relator do caso, ministro Feliz Fischer, argumentou não haver constrangimento ilegal que motivasse a soltura do ex-ministro petista.

Odebrecht pede desculpas

Em carta enviada nesta terça-feira (18) aos funcionários da Odebrecht, a diretoria da empresa pede desculpas "pelos constrangimentos que os relatos dos colaboradores estão causando a vocês e às suas famílias". O texto se refere aos depoimentos de 77 delatores que se tornaram públicos na semana passada, depois que o ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, determinou a abertura de inquéritos para investigar políticos mencionados nas delações. "Esta etapa de tanta exposição negativa para a Odebrecht é dolorosa, mas necessária. Nós precisávamos passar por isso. Seria impossível reconstruir a empresa que queremos para o futuro sem enfrentar a realidade de fatos ocorridos anteriormente e que só agora vocês e a sociedade passaram a conhecer", afirma a carta.

MAZZA Barricadas

Teremos em maio um palco de barricadas em Curitiba com audiência de Lula diante do juiz Sérgio Moro. Não será a primeira situação-limite do sindicalista, pois no segundo debate com Fernando Collor levou a pior quando havia ganho o primeiro com grande vantagem e ainda prejudicado pela edição parcial e pouco honesta do evento pela Globo. A circunstância de o juiz ter exigido a presença de Lula nos 87 testemunhos, que foi repudiada como arbitrária por seus advogados, certamente não determinará a presença da massa nas ruas durante tanto tempo. Será inevitável o choque entre apoiadores da Lava Jato e de Lula já marcado para o dia 3 de maio na república de Curitiba.

19 ABR 2017

GAZETA DO POVO

A cada cinco servidores do TC, quatro ganham mais de R\$ 15 mil

Em março, os pagamentos de 166 servidores e membros do Tribunal de Contas do Paraná sofreram cortes por causa do teto constitucional

| João Frey

• Dos 746 servidores do Tribunal de Contas do Paraná, 580 recebem salários brutos superiores a R\$ 15 mil por mês. Neste grupo de servidores, há ainda um subgrupo mais abastado. No mês de março, o salário bruto de 166 servidores e membros da corte excedeu o valor de R\$ 30,4 mil e precisou ser freado pelo redutor constitucional.

Ao todo, o valor mensal da folha de pagamento — tomando como base janeiro de 2017 — é de R\$ 19,5 milhões. Os números estão no edital de licitação aberto pelo TC para contratação de instituição financeira para operar o pagamento dos servidores e membros ativos do Tribunal. Os dados são confirmados pelo órgão em seu portal da transparência. Para 2017, o orçamento total do Tribunal é de R\$ 418 milhões.

No órgão, os vencimentos

dos servidores são compostos, além do valor base, por adicionais por tempo de serviço, eventuais funções gratificadas e auxílio alimentação no valor de R\$ 888.

Por meio de nota, a diretoria de comunicação do Tribunal de Contas afirmou que “a atual média salarial se deve ao fato de que expressivo número de seus servidores está próximo do final de carreira, tendo acumulado progressões e demais benefícios inerentes ao cargo”. O texto justifica os valores dos vencimentos pela qualificação dos servidores.

“Para ingresso nos quadros do TCE-PR, é necessário ser aprovado em rigoroso concurso público. O último concurso, realizado em setembro do ano passado, chegou a registrar mais de 400 candidatos por vaga em alguns cargos”, informa o Tribunal.

O TC-PR diz em nota que é “o órgão que possui menos cargos comissionados do Paraná”. Em março, o portal da transparência do órgão registrou pagamentos a 128 servidores comissionados. Neste grupo, os salários são, na média, menores que o dos servidores concursados. Enquanto os cargos de confiança receberam em março, em média, R\$ 8,8 mil; o vencimento médio dos efetivos foi de R\$ 22,7 mil, já descontada a incidência do redutor constitucional.

Média salarial do TC/PR é maior que a do tribunal de São Paulo

• Outro argumento do TC é de que “os salários pagos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná estão na média dos que são ofertados pelos demais órgãos de controle externo do país”. Comparado, por exemplo, com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a faixa de salários acima de R\$ 15 mil é maior no Paraná. No estado vizinho, 62% dos servidores estão nesta faixa de vencimentos, de acordo com os dados referentes ao mês de março, divulgados pelo portal da transparência do TC-SP. Já no Tribunal de Contas de Santa Catarina, a taxa de funcionários que recebem acima de R\$ 15 mil supera o da corte paranaense e chega a 81%. No Tribunal de Contas da União esse percentual supera o dos três estados e chega a 96%. No órgão federal, 51% dos vencimentos brutos excedem R\$ 30 mil mensais.

19 ABR 2017

GAZETA DO POVO

Marqueteiros do PT dizem ter recebido por caixa 2 em 2010 e 2014

Mônica Moura e João Santana admitiram em depoimento a Sergio Moro que sua empresa recebeu dinheiro ilegal por “exigência dos partidos”

Rafael Moro Martins

Especial para a Gazeta do Povo

● O publicitário João Santana e a marqueteira Mônica Moura admitiram em depoimento ao juiz federal Sergio Moro, nesta terça-feira (18), que a empresa do casal recebeu dinheiro de caixa 2 pelas campanhas eleitorais que fez para o PT em 2010 e 2014. “Eu assumo toda a minha responsabilidade”, disse Santana.

“Em todas as campanhas que fizemos sempre trabalhamos com caixa 2, com recursos não contabilizados”, falou Mônica. A Pólis Propaganda e Marketing, empresa do casal, lista em seu site as duas campanhas de Dilma Rousseff para a presidência e a de Fernando Haddad para a prefeitura de São Paulo.

Mônica Moura admitiu ter recebido o que, segundo a planilha “Posição Programa Especial Italiano”, do departamento de propinas da Odebrecht, seria um pagamento de R\$ 18 milhões por campanhas eleitorais em 2008 em São Paulo — onde Marta Suplicy (hoje no PMDB) era candidata pelo PT — e Curitiba, onde Gleisi Hoffmann per-

deu a eleição para o atual governador Beto Richa (PSDB). A marqueteira ressalva, entretanto, que não lembra “do valor exato” dos pagamentos.

O nome da planilha faz referência ao ex-ministro Antônio Palocci, réu no processo em que Mônica e Santana depuseram hoje, e que trata de pagamentos da Odebrecht a campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores. O casal de marqueteiros também é réu na ação.

“Recebemos pagamentos da Odebrecht em muitas das campanhas. Não eram contabilizados. Contatos na empresa, em 2006, foi [o ex-presidente] Pedro Novis. Depois disso, em 2008, [Hilberto Silva e Fernando Migliaccio]”, disse Mônica.

“Não acredito que exista um marqueteiro que trabalhe no Brasil fazendo campanha só com caixa um. Era uma exigência dos partidos”, disse Mônica. Segundo ela, a Pólis recebeu pagamentos em dinheiro vivo e via depósitos no exterior, em uma conta na Suíça de uma offshore — a Shell Bill Finance, que pertence a Santana.

João Santana enfatizou a participação dos publicitários que fazem as campanhas. “Não que os grandes responsáveis sejam marqueteiros, mas acho que é o momento de os próprios marqueteiros abrirem os olhos sobre isso, e da Justiça também”, afirmou.

O casal já negociava uma colaboração premiada, que foi homologada no começo do mês de abril.

Odebrecht deu R\$ 150 milhões para eleger Dilma

● Autoproclamado em depoimento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) “inventor” da campanha de reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, o empreiteiro Marcelo Odebrecht afirmou em depoimento à Justiça que empresas do grupo empresarial que leva seu sobrenome doaram R\$ 150 milhões para a campanha.

O conteúdo das colaborações dos executivos da Odebrecht dá a entender que o dinheiro não foi gasto apenas com o pagamento de custos da campanha eleitoral da coligação “Com a Força do Povo”, de Dilma e Michel Temer. Ao menos R\$ 24 milhões em “vantagens indevidas”, nos dizeres do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), foram pagos a PROS, PRB, PCdoB e PDT, supostamente para que apoiassem a petista em 2014. Mais: outra delação mostra que a Odebrecht teria pago R\$ 19,7 milhões via caixa dois para “organizar” o PSD, partido criado e liderado pelo atual ministro das Comunicações Gilberto Kassab.

No depoimento ao TSE, parte do processo que julga a chapa Dilma-Temer, Odebrecht disse que as empresas do grupo doaram R\$ 150 milhões à campanha pela reeleição em 2014. “Talvez quatro quintos” do total foram em caixa 2, acrescentou.

GAZETA DO POVO

Empreiteiro pagou para não ter Dirceu como inimigo

| Da Redação

• A eminência parda de José Dirceu dentro dos governos dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff fez com que a empreiteira Odebrecht fizesse pagamentos apenas para não ter o ex-ministro da Casa Civil como inimigo. Segundo a delação do ex-presidente da Odebrecht Ambiental, Fernando Reis, a empresa temia que a influência de Dirceu em Brasília mesmo após a sua saída do governo pudesse trazer danos às suas operações.

Ao todo, conta o delator, foram entregues R\$ 500 mil com recursos de caixa 2 para a campanha de Zeca Dirceu (PT-PR) à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. Reis explica, contudo, que José Dirceu não chegou a estipular um valor e que apenas pediu o apoio da construtora com doações para seu filho, que estaria “apertado”. Assim, para evitar ficar mal vista pelo ex-ministro, a Odebrecht fez o pagamento de R\$ 250 mil em cada uma das ocasiões. Zeca Dirceu venceu nas duas disputas. Além disso, em 2014, quando a empresa fez o segundo pagamento, seu pai já havia sido condenado a 7 anos e 11 meses pelo escândalo do Mensalão e estava cumprindo a pena em prisão domiciliar.

“Apoiando o Zeca Dirceu, o que nós buscávamos era, na verdade, não ter o José Dirceu

como inimigo”, disse Reis em depoimento. “Mesmo fora do governo, a gente achava que ele podia causar dano. Ainda tinha muita influência na máquina”. E os tentáculos do chamado “Guerrilheiro”, como era chamado na lista da Odebrecht, se estendiam por municípios e estados, chegando à Presidência da República e outras empresas. Para o ex-executivo, o medo era de que Dirceu repassasse informações da empreiteira para concorrentes.

Esse receio era tão grande que a empreiteira passou a monitorá-lo mesmo após sua saída da Casa Civil, em 2005, temendo que ele passasse a agir contra os interesses da empresa, principalmente em atividades fora do país. De acordo com Reis, o petista começou a prestar serviços para outras companhias e isso causava “constrangimentos e alguns problemas” para as operações internacionais da Odebrecht. Por essa razão, a empresa pediu para que os seus passos fossem monitorados. Segundo o delator, o objetivo era “estar próximo dele para evitar problemas”.

Por meio de nota, o deputado Zeca Dirceu nega ter recebido doações da empreiteira e que “apesar das inúmeras investigações em andamento, há vários anos, não existe sequer uma única ligação, e-mail, contato, agenda de reunião, testemunho, delação ou coisa parecida em relação a qualquer atitude do parlamentar que o ligue ao assunto Petrobras/Lava Jato ou a qualquer tipo de ilegalidade” e que ele jamais fez qualquer pedido às empresas investigadas na Operação Lava Jato.

“Mesmo fora do governo, a gente achava que ele podia causar dano. Ainda tinha muita influência na máquina.”

19 ABR 2017

GAZETA DO POVO

Lula pode passar 3 meses em Curitiba para audiências com Moro

Kelli Kadanus

• Caso tenha que comparecer às audiências para ouvir as 87 testemunhas de defesa arroladas em um dos processos da Lava Jato sob os cuidados do juiz Sergio Moro, o ex-presidente Lula pode ter que passar quase três meses em Curitiba. Nesta segunda-feira (17), Moro determinou que Lula esteja presente para ouvir todas as testemunhas que convocou no processo que responde sobre a aquisição, pela Odebrecht, de um terreno para a construção de uma nova sede do Instituto Lula.

Em outro processo contra Lula sob os cuidados de Moro (o caso do o caso do triplex do Guarujá, no litoral de São Paulo, em que o petista é acusado de receber vantagens indevidas da empreiteira OAS), o magistrado ouviu 32 testemunhas de defesa do ex-presidente, em nove dias de audiência. A audiência com mais depoimentos foi no dia 10 de fevereiro, quando dez pessoas foram ouvidas.

Apesar de as audiências terem sido realizadas em nove dias, não foram dias corridos, uma vez que havia testemunhas arroladas por outros réus no processo, além de feriados e finais de semana. Ao todo, a fase de

oitiva de testemunhas de defesa no processo durou cerca de um mês. A primeira audiência foi no dia 9 de fevereiro e a última no dia 15 de março.

Se a tendência se repetir no segundo processo, seriam necessários cerca de 25 dias corridos para ouvir as 87 testemunhas arroladas por Lula. Como as audiências não acontecem todos os dias e outros sete réus também apresentaram uma lista de testemunhas, a fase de oitivas pode durar cerca de três meses.

As audiências ainda não foram marcadas pela Justiça Federal, que havia questionado a defesa de Lula sobre a possibilidade de “emprestar” provas de outro processo contra Lula em que algumas das testemunhas convocadas já haviam sido ouvidas. A defesa, porém, foi contra o empréstimo e insistiu em ouvir todas as testemunhas.

OUTRO LADO

Em nota, a defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a decisão de Moro “configura mais uma arbitrariedade contra o ex-presidente”. “Presente o advogado, responsável pela defesa técnica, a presença do acusado nas audiências para oitiva de testemunhas deve ser uma faculdade e não uma obrigação”, argumenta o advogado Cristiano Zanin Martins.

“O juiz Sergio Moro pretende, claramente, desqualificar a defesa e manter Lula em cidade diversa da qual ele reside para atrapalhar suas atividades políticas, deixando ainda mais evidente o lawfare”, completou Martins.

19 ABR 2017

GAZETA DO POVO

Tesoureiros de campanhas têm cargos de destaque no governo Richa

Fernando Ghignone e Juraci Barbosa foram responsáveis pelas campanhas do atual governador em 2008, 2010 e 2014 e estão historicamente próximos do tucano

Felippe Aníbal

● Citado por delatores da Odebrecht — que apontaram que três de suas campanhas receberam recursos via caixa 2 —, o governador Beto Richa (PSDB) tem adotado a estratégia de repassar a responsabilidade da arrecadação do dinheiro aos tesoureiros de suas corridas eleitorais, tentando se distanciar das possíveis ilegalidades. Os responsáveis pelas respectivas campanhas, no entanto, são homens de confiança do tucano há muito tempo. Fernando Ghignone e Juraci Barbosa Sobrinho estão historicamente ligados a Richa, presidem estatais e, antes de as denúncias virem à tona, estavam cotados para se tornarem secretários de Estado.

Responsável pela campanha de 2014 que reelegeu Richa como governador, o advogado Juraci Barbosa Sobrinho ocupa o posto de presidente da Agência de Fomento do

Paraná desde o início da primeira gestão do tucano no Palácio Iguazu, em 2011. Segundo o Portal da Transparência, no mês passado, ele teve rendimentos brutos de R\$ 31,6 mil para presidir a agência e R\$ 5,1 mil para participar do conselho administrativo da instituição.

Três parcelas

Segundo o ex-executivo da Odebrecht Benedicto Júnior, a empreiteira repassou efetivamente R\$ 2,5 milhões à campanha de Richa, em 2014, em três parcelas. Barbosa Sobrinho refuta as denúncias, alegando que as delações são lastreadas em “ilações” e afirma que “uma investigação mais aprofundada certamente demonstrará que as denúncias são falsas”, conforme prestação de contas aprovadas pela Justiça Federal.

Hoje presidente do diretório estadual do PSDB, Barbosa Sobrinho teve sua trajetória ligada a Richa bem antes do governo do Paraná. O advogado ocupou o cargo de presidente da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba — órgão ligado à prefeitura —, no período em que o político foi prefeito da capital paranaense (2005-2010).

Antes disso, ele foi presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (Ipem), na gestão de Jaime Lerner.

2008 e 2010

O responsável pelas contas de outras duas campanhas de Richa que são questionadas — de 2008 (à prefeitura de Curitiba) e 2010 (ao governo do Paraná) — é o empresário Fernando Ghignone. Desde janeiro de 2015, ele exerce a presidência da Companhia Paranaense de Gás (Compagas), cargo indicado pelo governador. Antes disso, ele ocupava a função de diretor-presidente da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), também nomeado por Richa. Os vencimentos de Ghignone não constam do Portal da Transparência.

Em sua delação, o ex-executivo da Odebrecht, Valter Lana, relatou repasses via caixa 2 às campanhas de Richa de 2008 e 2010. Fernando Ghignone classificou a denúncia de “inverídica e fantasiosa”.

CONTINUA

19 ABR 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Ele afirma que todas as doações das duas campanhas em que foi tesoureiro foram “efetuadas na forma da lei” e “depositadas na conta corrente oficial do partido”. Ele também afirmou que as contas de ambos os anos foram aprovadas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e sem ressalvas.

Ghignone iniciou a vida pública em 1983, pelas mãos do pai de Richa, o então governador José Richa (PMDB). Em seu primeiro cargo público, o empresário desempenhou o posto de secretário da Cultura, Esporte e Turismo do Paraná. Após anos em cargos federais — inclusive como presidente da Embrafilme —, Ghignone voltou ao Paraná em 2005, para se tornar secretário de Comunicação de Curitiba, quando Beto Richa era prefeito da capital paranaense.

FRAGILIDADES

Juraci teve bens bloqueados por causa da Arena

● O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TC-PR) abriu, no fim do ano, uma série de tomadas de contas para apurar supostas irregularidades em contratos de financiamentos para reforma da Arena da Baixada. Na ocasião, o órgão apontou “fragilidades” no primeiro contrato e decretou a indisponibilidade de bens do presidente da Agência Fomento, Juraci Barbosa Sobrinho, no valor de R\$ 205,1 mil. A decisão era passível de recurso.

"PILOTO" E "BRIGÃO"

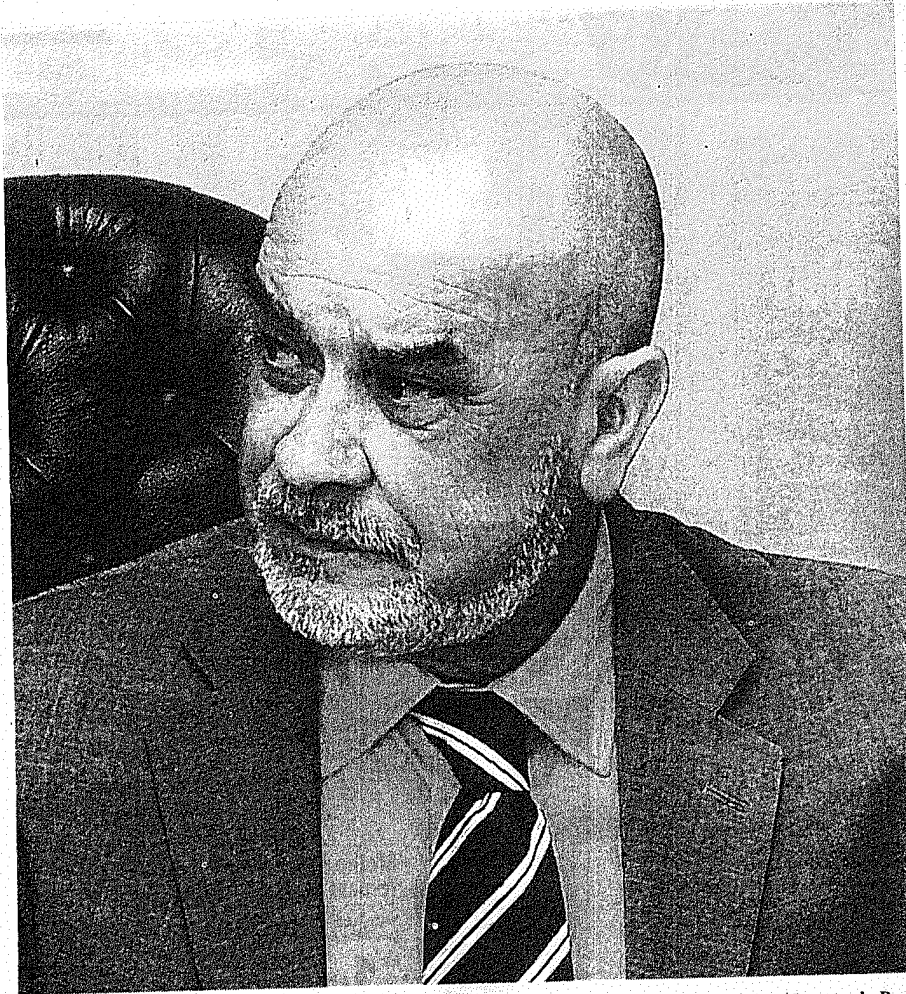
Benedicto Júnior, ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura, disse em delação que o codinome usado para se referir ao governador do Paraná, Beto Richa, era “piloto”, em três dos sete repasses feitos para campanhas eleitorais. Em outros quatro repasses o apelido usado foi “brigão”. Segundo as delações de Benedicto e de Valter Lana, ex-executivo da Odebrecht na Região Sul, no total Richa recebeu R\$ 3.050.000 nas três últimas campanhas.

CONTINUA

19 ABR 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Fernando Ghignone foi responsável pelas campanhas eleitorais de Richa em 2008 e 2010.

Henry Milleo/Gazeta do Povo



O advogado Juraci Barbosa Sobrinho comandou a campanha de reeleição, em 2014.

19 ABR 2017

GAZETA DO POVO

BENETT

PAPA
RECUSA
CONVITE
PARA VIR
AO BRASIL



TEMER, SINTO-MUITO
MAS NÃO VAI DAR:
EU TENHO ALERGIA
A ENXOFRE!

BENETT

19 ABR 2017

GAZETA DO POVO

No centro de propostas polêmicas, senadores do PR terão dia crucial



Alvaro Dias e Requião, autor e relator de proposições previstas na pauta da reunião de hoje da CCJ.

Alvaro Dias é autor da PEC que reduz o número de processos abarcados pelo foro privilegiado e Roberto Requião relata projeto que redefine o abuso de autoridade

Catarina Scortecci

Correspondente

● Os paranaenses Alvaro Dias (PV) e Roberto Requião (PMDB) enfrentam hoje um dia crucial na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do

Senado. A dupla está no centro de duas proposições polêmicas, e que chegam juntas para votação no colegiado: a que reduz o número de processos abarcados pelo foro privilegiado, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2013; e a que redefine os crimes de abuso de autoridade cometidos por agentes públicos, o Projeto de Lei (PL) 280/2016. Ambas estão entre os 31 itens previstos para entrar na pauta da reunião da CCJ, marcada para as 10 horas. Embora tenham recebido tratamentos diferentes no Senado, as duas proposições acabaram avançando na Casa por força da Lava Jato.

CONTINUA

Foro

A PEC 10, apresentada há quatro anos por Dias, foi impulsionada no Senado por pressões de fora. Como historicamente os processos no Supremo Tribunal Federal (STF) — esfera adequada para julgar deputados federais e senadores — costumam tramitar mais lentamente do que na primeira instância do Judiciário, o “foro privilegiado” virou sinônimo de impunidade. E o fim da regra se tornou bandeira comum nas manifestações de rua em apoio à Lava Jato. A PEC determina o fim do foro por prerrogativa de função para todas as autoridades, inclusive para o presidente da República, nas infrações penais comuns.

Abuso de autoridade

O PL 280, de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), foi incluído na agenda do Senado somente no ano passado, e tem sido interpretado como uma reação da classe política à Lava Jato. Relator do texto, Requião repete que sempre foi um defensor da investigação, mas que a legislação que trata dos abusos cometidos por autoridades é antiga, de 1965 — daí a necessidade de mudanças.

O senador protocolou um novo substitutivo da lei (*leia mais ao lado*). Para parte do sistema Judiciário, pontos do substitutivo podem representar um cerceamento ao trabalho de magistrados e membros do Ministério Público.

Para Requião, acabar com o foro privilegiado “sem resolver o problema do abuso de autoridade” seria “motivo de preocupação”. Um ministro do STF, exemplificou ele em uma das reuniões da CCJ, estaria sujeito a uma condução coercitiva determinada por um juiz de primeiro grau. A visão

é corroborada pela terceira integrante da bancada do Paraná, Gleisi Hoffmann (PT). Para a senadora, são duas proposições “com pesos e complexidades semelhantes”.

Já Alvaro Dias não concorda com os colegas de bancada e tem repetido que “não é o momento” para alterar a legislação que trata do tema. Segundo ele, não há como colocar em votação um projeto de lei que está sendo interpretado como uma reação do mundo político contra a Lava Jato.

Mas o texto relatado por Requião tem encontrado respaldo entre senadores. O presidente da Casa, Eunício Oliveira (PMDB-CE), apostando na aprovação do substitutivo pela CCJ, já admitiu colocar o tema para deliberação do plenário em maio.

ABUSO DE AUTORIDADE

Divergência de interpretação continua sendo ponto crítico

● Apesar das alterações feitas por Roberto Requião (PMDB-PR) para evitar os crimes de hermenêutica, as críticas ao texto do projeto continuam. Para o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor de projeto alternativo originado a partir das propostas de Janot, o que o peemedebista fez foi apenas driblar a opinião pública, mas sem alterar de fato o conteúdo da proposta. Para ele, a controvérsia continua a existir porque o peemedebista afirma que a divergência na interpretação só não será considerada abuso se for razoável, o que é um critério subjetivo. “Remédio para divergência é recurso e não cadeia, ou seja, o texto alterado continua criminalizando a

hermenêutica”, disse Randolfe. Esse debate sobre a interpretação da lei é uma questão com a qual o senador paranaense vem há tempos se confrontando. Em várias ocasiões, ele declarou que um juiz não pode ser livre para interpretar a lei como quiser. “Quando a lei diz não, o juiz não pode dizer sim. Ele tem que cumprir a lei”, disse Requião durante uma visita à Assembleia Legislativa do Paraná, no fim de março. Essa postura fez com que ele fosse acusado várias vezes de manobrar contra os avanços da Lava Jato, o que ele nega. Segundo o senador, o objetivo nunca foi silenciar a operação. Ele diz duvidar que o projeto seja capaz de inviabilizar as investigações. “A não ser que a Lava Jato se sustente apenas no abuso, o que eu não acredito”. (DR)

19 ABR 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Requião deixa vago artigo da discórdia entre senadores e procuradores

Durval Ramos

Especial para a Gazeta do Povo,
com agências

● O senador Roberto Requião (PMDB-PR) protocolou um novo substitutivo da lei de abuso de autoridade. O relator do processo disse que havia mudado de ideia e acatado parte das sugestões do procurador-geral da República (PGR), Rodrigo Janot. A maior divergência dos dois era em relação ao “crime de hermenêutica”, mas a questão segue em aberto na nova proposta apresentada pelo senador, que considerou ‘inconsistentes’ as mudanças sugeridas pela PGR.

Para Janot, o texto original dava margem para que a divergência de interpretação da lei fosse criminalizada. Em sua proposta, ficava estabelecido que não configura abuso de autoridade “a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, desde que fundamentadas; o exercício regular das funções, pelos agentes políticos; o cumprimento regular do dever de ofício”.

Para Requião, a expressão “desde que fundamentada” não foi bem colocada. O senador argumenta que a mudança não era apenas inconsistente como ainda deixava brechas para que práticas abusivas continuassem. “Esse dispositivo

acaba por permitir que as autoridades pratiquem crimes de abuso quando bem quiserem, sem qualquer punição, desde que fundamentem suas decisões”, defende no relatório.

Assim, o que o senador propõe é tipificar o abuso de autoridade em si. De acordo com a nova versão do relatório, que deve ser apresentado à CCJ hoje, a prática só será considerada criminosa se houver a intenção específica por parte do agente público de prejudicar o acusado ou de tirar algum tipo de vantagem. “O que se quer é punir o abuso e não o erro”, diz.

A preocupação com a aceitação em torno do projeto é tanta que Requião chegou a consultar Sergio Moro, que teria aprovado o texto apresentado no último relatório. “Espero, com isso, colocar um ponto final nesse debate, afastando de uma vez por todas as injustas ilações de que se tinha a intenção de punir magistrados e promotores”, escreve o senador.

“Espero (...) colocar um ponto final nesse debate, afastando de uma vez por todas as injustas ilações de que se tinha a intenção de punir magistrados e promotores.”

Roberto Requião (PMDB-PR), senador

19 ABR 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

CADEIA DAS MULHERES

Tribuna visitou a carceragem feminina de Curitiba, no Bacacheri. Situação está precária!

Raquel Derevecki
raquetd@tribunadoparana.com.br

Elas eram estudantes, trabalhavam com carteira assinada e lutavam pela sobrevivência. Mas os sonhos dessas mulheres foram interrompidos e destruídos pelo crime. Agora, convivem com a saudade e se preocupam com os filhos deixados para trás. Não recebem visitas, improvisam materiais de higiene e dividem o espaço de 30 metros quadrados - projetado para seis pessoas - com quase 30 detentas e alguns ratos.

Essas são algumas das situações que a **Tribuna** presenciou na semana passada, ao acompanhar com exclusividade uma

vistoria do Conselho da Comunidade na Execução Penal à carceragem feminina no 5.º Distrito Policial de Curitiba, no Bacacheri. Todas as mulheres presas em Curitiba e região metropolitana são encaminhadas provisoriamente para lá. Assim que a equipe de reportagem desceu os degraus e se aproximou das grades que fechavam as duas celas, as presas se aglomeraram e imploraram por ajuda. No entanto, não pediam por elas, mas por familiares. Em meio ao barulho, os gritos de uma catadora de papel, de 38 anos, se sobressaíram. "Preciso que ajudem minha filha. Meu ex-marido me machucava muito e eu passei a morar sozinha com minha pequena de 6 anos no Parolin. Como sou eu quem cuidava dela, ela está sozinha agora", afirmou.

Outra detenta, de 35 anos, começou a chorar quando falou do filho. Segundo ela, naquele dia o menino completava mais um ano de vida, mas a mãe não poderia dar um beijo, um abraço e nem dizer que o amava. "Eu queria muito passar esse dia especial com ele. Estou com muita saudade", disse, soluçan-

do. "Minha mãe tem 85 anos e sofre com diabetes, osteoporose e colesterol. Eu era a única que cuidava dela e agora só temos contato por cartas", completou outra mulher.

Os "TOMBOS"

Além dos laços familiares desfeitos, muitas presas também abandonaram os estudos. Uma jovem, de 22 anos, relatou que se esforçou muito para passar no vestibular e conseguiu a sonhada vaga no curso de Medicina. "Só que eu caí por assalto e perdi minha chance de sucesso na vida", lamentou. Outra garota, de 18 anos, disse que estava no segundo período do curso de Administração quando encontraram drogas no carro do companheiro dela. "Eu estava de carona e meu namorado assumiu tudo, mas, mesmo assim, fui presa e já estou aqui há 28 dias". Enquanto uma moça, de 25 anos, revelou que começou a ser violentada pelo pai na infância e passou por diversas cirurgias. Com apenas 7 anos, foi iniciada no crack e, segundo ela, o crime que a colocou atrás das grades foi roubar R\$ 24 de um transeunte.

CONTINUA

Equipe policial dividida

Enquanto a equipe atende as ocorrências dentro das celas, ainda é necessário registrar os boletins de ocorrência e investigar crimes de seis bairros diferentes, pois o 5.º Distrito atende Bacacheri, Atuba, Bairro Alto, Jardim Social, Hugo Lange e Alto da XV. "Fazemos o que dá com a equipe disponível, mas trabalhamos no limite. Infelizmente, atender as presas atrapalha muito nossas funções policiais", lamentou outro policial. "Sem contar que a população é atendida ao lado da carceragem, pois não temos outro espaço para isso", completou.

Segundo a Polícia Civil, já foram solicitadas melhorias para a delegacia, mas o pedido está em trâmite interno e ainda não há informações a respeito do início das obras. Enquanto isso, a carceragem recebe todas as presas provisórias da capital e municípios vizinhos. "As outras delegacias comunicam

a Divisão Policial da Capital (DPCAP), onde é autorizada a transferência de presas para o 5.º DF, até que seja realizada a transferência para o sistema prisional", informou a corporação, por meio da assessoria de imprensa.

DEMORA

Essa movimentação das detentas, segundo o funcionário do distrito, deveria demorar no máximo dez dias, pois este é o prazo para conclusão do flagrante. No entanto, ele revela que as mulheres ficam mais de 20 dias e algumas já passaram meses ali. "Isso somado ao tempo que ficaram na delegacia onde foi realizado o flagrante", pontua. Nesses locais, sem capacidade para recebê-las, as detentas contam que ficam isoladas. "Eu fiquei sozinha em um banheiro", comentou a catadora de papel de 38 anos. "Fui colocada com mais duas mulheres em um canil", falou outra. (RD)

Falta higiene no xadrez

Essas mulheres unem suas dificuldades às condições precárias oferecidas na carceragem, principalmente em relação à falta de higiene. "Aqui tem ratos, sempre tem infestação de piolhos, não tem colchão pra todo mundo e o banheiro está sem descarga", contou uma das presas. "Quando chove, entra água e molha tudo", emendou outra. "Não temos nem talheres, e a nossa colher é a tampa da marmita enrolada".

Nessas condições, a saúde das presas também fica debilitada, principalmente em casos de gravidez. "Uma presa ficou quase 90 dias aqui na delegacia e começou a sentir fortes dores. Ela estava grávida e foi internada. Infelizmente, perdeu seu bebezinho", contou a detenta, de 18 anos, que acompanhou o sofrimento da colega.

CASOS GRAVES

De acordo com um funcionário da delegacia, que preferiu não se identificar, essa paciente foi encaminhada ao Complexo Médico Penal, em Pinhais, onde recebeu atendimento e realizou a curetagem. "Casos como esse são comuns porque recebemos grávidas e mulheres com AIDS, sífilis e outras doenças que necessitam de atenção. Em todas as emergências nós acionamos o Samu", explicou.

Outra situação complicada, segundo ele, é a que envolve amamentação. "Sempre recebemos mulheres com bebês. Só que nós não temos espaço adequado para atendê-las", contou o servidor. Por isso, os familiares precisam trazer a criança uma vez por dia à delegacia para que a mãe saia da carceragem e alimente o recém-nascido. (RD)

Calamidade

Para o Conselho da Comunidade, a situação é de calamidade pública. "Nós visitamos regularmente todas as delegacias de Curitiba e temos visto o trabalho digno que os delegados e investigadores têm feito para dar o mínimo de dignidade para os presos. Mas o grande problema é que eles e elas não deveriam estar ali. Cadeia é lugar de passagem, não de permanência por um ou dois meses. Isso coloca em risco a vida dos presos, das presas e dos agentes públicos", explica a presidente do conselho, Isabel Kugler Mendes.

No entanto, apesar das condições extremamente precárias, as presas garantem que a maior preocupação não é com elas, mas com seus familiares. "Nós queremos que nosso caso seja analisado o quanto antes pelo juiz para que possamos cumprir nossa pena e voltar para casa. Mesmo com problemas, a gente tem o objetivo de crescer na vida para que nossos filhos sigam um caminho diferente", finalizou a prisioneira que estudava Direito antes de "cair". (RD)

19 ABR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Decisão de juiz contra Lula não é usual, dizem advogados

A decisão do juiz Sergio Moro de exigir a presença do ex-presidente Lula nos depoimentos de 87 testemunhas listadas pela defesa do petista não é usual no direito criminal, segundo advogados consultados pela **Folha**.

Eles citam que o código penal prevê a indicação de um máximo de oito testemunhas por fato. Caso entendesse que o número de testemunhas fosse excessivo, Moro poderia vetar o número de convocados por Lula. Como o juiz acatou o pedido da defesa, a interpretação é de que o número não é excessivo.

Guilherme Madi Rezende, advogado criminal e diretor do Instituto do Direito de Defesa, diz que o juiz se equivocou. “O réu tem direito de estar presente nas audiências, não a obrigação”, afirma. “O fato de não estar presente não pode acarretar nenhum tipo de sanção. O juiz não pode condicionar a oitiva à presença do réu.”

Entre os recursos possíveis, a defesa pode pedir habeas corpus que dispense o ex-presidente de comparecer às oitivas. Lula é réu em cinco ações penais, três delas na Lava Jato.

DEFESA

Questionado sobre as acusações contra Lula na Lava Jato, o economista Luiz Carlos Bresser Pereira defendeu anistia ao caixa dois e a “presentes” de valor dados por empresas a políticos.

Ex-ministro nos governos José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, ele disse “não ter dúvida de que o PT recebeu dinheiro pelo caixa dois” e que o Lula “recebeu presentes”.

Mas ponderou que “o caixa dois e presentes elevados faziam parte dos usos e costumes brasileiros. Portanto, retroativamente, não podem ser considerados crimes. “Se o forem, desaparece a classe política brasileira –o que seria um grande mal para o Brasil”, disse à **Folha**.

“Por isso, tenho me manifestado pela anistia nesses dois pontos. Ficando claro que, daqui para a frente, caixa dois e presentes acima de determinado valor definido na lei serão considerados crimes.”

A posição do professor emérito da Fundação Getúlio Vargas vem em momento de divisão na esquerda, em parte frustrada com as denúncias envolvendo Lula e o PT de recebimento de propina e enriquecimento ilícito. O ex-presidente nega as acusações.

Amigo de Lula, de quem foi assessor especial no início do governo, Carlos Alberto Libânio Christo, o frei Betto, disse que sua opinião sobre o petista não muda com as delações da Odebrecht. “O ônus cabe a quem acusa –apresentar provas”, afirmou.

O ator José de Abreu, defensor das gestões petistas, foi na mesma linha.

“Confio na idoneidade de Lula, investigado há mais de 30 anos sem que nada definitivo tenha saído contra ele.

Acusado de ter recebido um saldo de R\$ 40 milhões em propina da Odebrecht, Lula vem sendo alvo também de comentários entre intelectuais e jornalistas de esquerda. (GABRIELA SÁ PESSOA E THAIS BILENKY)

19 ABR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Lentidão é da investigação, não do STF, diz Gilmar

GIULIANA MIRANDA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM LISBOA

A força-tarefa do Supremo para lidar com acusações da Lava Jato —anunciada nesta segunda (18) pela ministra Cármen Lúcia— é bem-vinda, mas o verdadeiro gargalo para o andamento dos processos não está no Judiciário, avalia o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes.

“O grande problema aqui é na lentidão na investigação. [...] E isso depende muito menos do Supremo e muito mais da Polícia Federal e da Procuradoria da República”, disse Gilmar.

Em Lisboa para o 5º Seminário Luso-Brasileiro de Direito, organizado pelo IDP (Instituto Brasiliense de Direito Público), do qual é sócio, Gilmar comentou também as declarações da ex-ministra do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Eliane Calmon à **Folha**, que afirmou que a Lava Jato chegará ao Judiciário.

“Isso tem que ser examinado no seu contexto, porque tem muita gente dizendo que haverá uma delação que vai afetar o Judiciário do Rio de Janeiro. Há muitas conversas sobre isso. O importante é que tudo seja esclarecido da melhor forma possível.”

FHC

No mesmo evento, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) negou que tenha se articulado com Michel Temer (PMDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para criar um acordo para livrá-los da Lava Jato.

“Saiu no Brasil que eu, o Lula e o Temer estamos fazendo uma operação para parar com a Lava Jato. Qual é o fato? Eu não me encontrei com eles, só me encontrei socialmente”, disse. FHC criticou ainda a repercussão que a imprensa tem dado à questão.

“Não adianta eu saber que não é verdade, eu tenho de responder”, declarou.

Reportagem da **Folha** publicada na semana passada revelou que emissários de Temer, Lula e FHC têm conversado sobre um acordo para garantir a sobrevivência da classe política, fragilizada pelo avanço da Lava Jato.

96 contraponto

Em nome do pai...

Na segunda (18), o ministro do STF Alexandre de Moraes dava palestra sobre segurança pública a empresários do Lide, quando indagou:

— Um dos chavões da segurança é: ‘Temos que acabar com a Polícia Militar’. E vai colocar o que no lugar?

— Pergunte ao Espírito Santo se ele quer que acabe com a polícia — emendou. Notando certa confusão, o magistrado esclareceu, arrancando risos da plateia:

— Não ‘O’ Espírito Santo, aos capixabas. Embora Ele também pudesse responder!



66 tiroteio

Eliana Calmon disse que a Lava Jato chegará ao Judiciário. Está enganada: já chegou. E foi ao apontar caixa dois na campanha dela.

DO CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA, MINISTRO JOÃO OTÁVIO NORONHA, sobre entrevista à **Folha** na qual Calmon diz que a Justiça tem sido blindada.

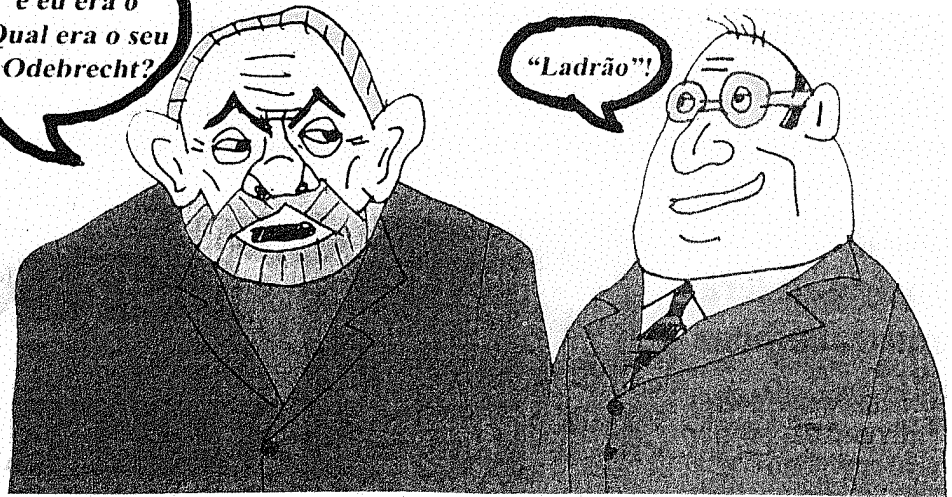
19 ABR 2017

FOLHA DE S. PAULO

O Palocci era o
"Italiano" e eu era o
"Amigo". Qual era o seu
apelido na Odebrecht?

"Ladrão"!

hubert.



19 ABR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Leis sob suspeita

Delatores da Lava Jato falam em propina para aprovação de medidas provisórias; caso escancara vícios graves do processo legislativo do país

Se contratos de obras públicas respondem pela maior parte dos relatos de propina a políticos investigados pela Lava Jato, não menos tenebrosas são as suspeitas de que leis hoje em vigor tenham sido compradas —esta é a palavra— pelo esquema de corrupção.

A suposição não é nova: outra operação da Polícia Federal, a Zelotes, já havia sustentado que tratativas nada republicanas, entre empresários e autoridades do Executivo e do Legislativo, impulsionaram a edição e a aprovação de medidas provisórias.

O tema, porém, ganha nova escala com as delações de executivos ligados à construtora Odebrecht.

A apuração da Zelotes concentrou-se em três MPs, editadas entre 2009 e 2013, durante os governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e convertidas em lei após exame do Congresso.

Já os delatores da Lava Jato falam em nada menos de 13 medidas que teriam tramitado a reboque de pagamentos da empreiteira, conforme levantamento publicado pelo jornal “Valor Econômico”.

Dessas, dez tornaram-se legislação; uma, a MP 627, de 2013, aparece nas duas operações da PF — converteu-se na lei 12.973, de 2014, cujos 119 artigos contemplam uma mixórdia de benefícios tributários

a transações e setores variados.

Entre os interlocutores mais frequentes no Congresso, destacam-se nos depoimentos e investigações nomes como os dos senadores peemedebistas Romero Jucá (RR) e Renan Calheiros (AL).

Tudo isso, deve-se recordar, ainda precisa ser posto à prova, antes que se definam culpas ou absolvições. Muitos relatos, inclusive, situam-se numa zona cinzenta entre o que pode ser chamado de lobby parlamentar —uma atividade legítima— e a corrupção.

O que se sabe, no entanto, é mais do que suficiente para escancorar vícios graves dos processos legislativo e regulatório do país.

O mais óbvio deles é o recurso abusivo às MPs por parte do Executivo, sob complacência subalterna e oportunista do Congresso. O instrumento, que deveria ser reservado a casos de urgência e relevância incontestáveis, não raro apenas serve de atalho para viabilizar acertos opacos da baixa política.

Percebe-se ainda, em todas as leis ora sob suspeita, a mão pesada do dirigismo estatal, que a todo momento distribui benesses e cria regras particulares para este ou aquele setor econômico e esta ou aquela região, seja pelo arbítrio da tecnocracia, seja pela influência de grupos poderosos.

Tenha havido dolo ou não, a sociedade deve redobrar a vigilância sobre tais práticas. Não se trata de manietar o Estado, mas de cobrar normas mais simples, transparentes, duradouras e, tanto quanto possível, iguais para todos.

FOLHA DE S. PAULO

RANIER BRAGON

A revelação de Temer

19 ABR 2017

BRASÍLIA - Um ano depois da excêntrica sessão em que a Câmara autorizou o processo que levaria à queda de Dilma Rousseff, Michel Temer resolveu fazer o que ele próprio chamou de uma "revelação".

Sem meias palavras, diz que seu correligionário Eduardo Cunha (PMDB-RJ) autorizou a marcha do impeachment não por considerar ter havido crime de responsabilidade. Mas unicamente em retaliação à negativa de petistas de dar os votos para arquivar sua cassação.

Cunha era presidente da Câmara e tinha o poder de deflagrar ou arquivar o processo. Hoje é hóspede forçado do presídio de Pinhais (PR).

Em entrevista à TV Band veiculada no sábado (15), Temer disse que Cunha lhe telefonou em 2015 afirmando que iria arquivar os pedidos de impedimento contra Dilma pois o PT havia prometido os votos para absolvê-lo no Conselho de Ética.

"Eu disse: 'Olha, que bom, muito bom'", contou Temer na entrevista, não manifestando nenhum reparo à vergonhosa negociata que afirma ter ouvido do colega de partido.

No dia seguinte, porém, prossegue Temer, a casa caiu. Cunha lhe relatou que o acordão com o PT havia ido para o brejo e que, em consequência disso, daria naquele dia aval à sequência do impeachment.

O presidente diz que a revelação tem dois objetivos: 1) mostrar que Cunha não detonou o impeachment por sua causa e 2) provar que jamais militou para derrubar a petista.

A primeira afirmação é firme como uma rocha: Cunha queria salvar a própria pele, fosse o presidente Dilma, Temer ou o Marechal Deodoro. A segunda, porém, se choca com a força-tarefa que ele e Cunha lideraram em busca dos votos para apear a petista do poder.

Registre-se que de trás das grades Cunha desmentiu Temer, dizendo que ele abençoou sua decisão pró-impeachment 48 horas antes, considerando-a juridicamente correta.

Dilma é passado, mas a história de sua queda continua a ser escrita.

19 ABR 2017

FOLHA DE S. PAULO

STF nega recurso do Fla, e Sport continua com o título de 1987

BRASILEIRO Por 3 votos a 1, tribunal decide que clube pernambucano é o único campeão do torneio

DO UOL

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou nesta terça (18) o recurso do Flamengo contra a decisão do tribunal que garantiu ao Sport o direito de ser o único campeão brasileiro de 1987 reconhecido pela CBF (Confederação Brasileira de Futebol). Por 3 votos a 1, o clube de Recife foi mantido como o vencedor da competição.

O caso estava parado desde agosto de 2016, quando o ministro Luís Roberto Barroso pediu vistas ao processo e suspendeu o julgamento. Ele votou para que o título fosse dividido entre os clubes.

Relator do caso e torcedor do Flamengo, o ministro Marco Aurélio votou contra o recurso do seu time de coração.

Os ministros Alexandre de Moraes e Rosa Weber também deram posição contrária. O ministro Luiz Fux se de-

clarou impedido de participar do julgamento. Rodrigo Fux, seu filho, foi o advogado do Flamengo na ação.

O clube carioca informou que aguardará a publicação da decisão para avaliar se caberá novo recurso. “Nossa posição em busca do reconhecimento segue firme, uma vez que ganhamos o título no campo”, afirmou o vice-presidente jurídico do Flamengo, Flávio Willeman.

Já o presidente da equipe pernambucana, Arnaldo de Barros, celebrou mais uma conquista sobre o time rubro-negro nos tribunais.

“Era uma pretensão esdrúxula do Flamengo. Desejavam subverter as decisões que ocorreram inclusive no STF para fazer valer um acordo, um conchavo político que tinha havido anteriormente. Mas o STF soube rechaçar e colocar em ordem os valores institucionais”, disse.

BRASILEIRO-1987 Relembre o caso

1987 Finalistas do módulo verde, organizado pelo Clube dos 13, Flamengo e Inter se recusam a enfrentar Sport e Guarani, finalistas do módulo amarelo, organizado pela CBF

1994 Decisão da Justiça pernambucana reconhece o Sport como único campeão de 1987

2007 São Paulo reivindica a posse do troféu do Brasileiro por tê-lo conquistado pela 5ª vez. Flamengo diz ser merecedor da taça por, contando o título de 1987, ter ganho seu 5º Brasileiro em 1992

2013 CBF publica resolução reconhecendo também o Flamengo como campeão de 1987

2014 STJ anula resolução, que ia contra a decisão da Justiça

2017 Caso vai ao STF, que mantém o Sport como único campeão

19 ABR 2017

BEMPARANÁ

Lula x Moro: movimentos sociais "invadirão" Curitiba

Nas redes sociais, 24 eventos estão programados para 3 de maio, quando o petista deporá na Justiça Federal

Rodoito Luis Kowalski

Três de maio será um dia histórico. É que daqui a exatos 15 dias o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará em Curitiba para prestar depoimento ao juiz Sergio Moro no processo em que é réu sobre a compra de um triplex no Guarujá, no âmbito da Lava Jato. Será a primeira vez que os dois irão se encontrar e nas redes sociais já se multiplicam os eventos favoráveis e contrários à Lula e também de apoio à Moro. A expectativa é que até 60 mil manifestantes venham para a Capital.

Ao todo, há 24 eventos criados no Facebook para a data, a maioria programados para acontecer em frente ao prédio da Justiça Federal, no bairro Ahú, sendo metade em favor do petista e a outra metade apoiando a Lava Jato e o juiz federal. Essa será a primeira vez que os dois estarão cara a cara – em novembro do ano passado Lula depôs ao magistrado como testemunha de defesa do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, mas por videoconferência.

Entre os movimentos de esquerda, a expectativa é de reunir pelo menos 50 mil pessoas de todo o país. Movimentos sociais como a Frente Brasil Popular, Central Única dos



Prédio da Justiça Federal, na Ahú: cenário de embate da Lava Jato em Curitiba

Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a Nação Hip Hop, entre outros, já confirmaram presença. No Facebook, o evento com maior adesão é o "Nas Ruas! Por todos e por Lula", organizado pela Frente Resistência Democrática e que já conta com 1,7 mil confirmações de presença e outros 3,1 mil interessados.

À direita do espectro político, a adesão nas redes sociais a menor. O Movimento

Brasil Livre (MBL), por exemplo, deve enviar apenas alguns "olheiros", enquanto o Vem Pra Rua, liderado por Rogério Chequer, já confirmou que não virá à Capital. "Não se justifica. A Justiça está andando bem até agora e cuidará do caso", afirmou o cabeça do movimento.

De toda forma, a expectativa ainda é de uma boa adesão nos atos pró-Moro e contrários à Lula. O movimento Nas Ruas, por exemplo, já confirmou que participará dos protestos em 3 de maio, em

Curitiba. Já o Revoltados Online, inspirados no Bikers for Trump (que excursionavam em eventos do então presidente Donald Trump), organiza uma "motocicletada" com até 10 mil motos, algumas customizadas, levando um "pixuleco" dentro de uma gaiola. Nas redes sociais, o evento com maior adesão é o "Recepção ao Lula em Curitiba!", organizado pela página República de Curitiba e que conta com 739 confirmados e outros 1,3 mil interessados em participar.

CONTINUA

RÁPIDA

Segurança

Procurado, o comando da Polícia Militar do Paraná (PM-PR) informou que ainda não há nada planejado para o dia do depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao juiz à Sérgio Moro. “Estamos focados em outras datas, como os feriados”, disse a assessora de comunicação da corporação. Contudo, também foi informando que os primeiros estudos sobre o assunto já começaram e que mais detalhes deverão ser divulgados no final do mês. A PM também pede para que os organizadores das manifestações — tanto de uma parte quanto da outra — entrem em contato com a Segurança Pública e avisem sobre a vinda à Capital para ajudar no planejamento de segurança.

Entorno da Justiça Federal será isolado

Embora ainda não exista confirmação oficial, a tendência é que a Polícia Militar, com o apoio do Grupo de Controle de Distúrbios Cíveis da Polícia Federal, isole toda a área no entorno do prédio da Justiça Federal, no bairro Ahú.

É certo que a região não comporta um grande número de pessoas. No ano passado, algumas manifestações pró-impeachment da então presidente Dilma Rousseff foram marcadas para o local, mas logo abandonadas, justamente por causa dos espaços reduzidos para abrigar milhares de pessoas.

Ainda não se sabe, porém, o que será feito do grupo que desde 2014 mantém um acampamento na Praça Pedro Alexandre Brotto, em protesto contra a corrupção e em apoio à Lava Jato e ao juiz Sérgio Moro.

Ao todo, cerca de 15 pessoas se revezam diariamente no local. O grupo chegou a ser removido dali em fevereiro pela administração do prefeito Rafael Greca, quando uma quipe da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU) retirou dezenas de faixas, placas, laços e entulhos que se acumulavam no local desde março de 2016. Depois, contudo, houve entendimento e o grupo voltou, com as faixas que eram colocadas em árvores agora ficando no chão.

19 ABR 2017

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

Direito de falar, calar e até mentir

*Jônatas Pirkiel _____

Coisas como nunca antes vistas é o que a sociedade brasileira vem tomando conhecimento na denominada "operação lava jato", que colocará o juiz Sérgio Moro na histórica do Brasil, redescobrimo o Brasil, lançado na lama da corrupção e da imoralidade, justamente pela sua própria classe dominante.

Tudo isto fruto da falta de cultura e desinteresse da sociedade em participar da política, abrindo espaço, ao longo dos anos, para o domínio de homens incompetentes e submetidos à satisfação de interesses pessoais e de pequenos grupos que dominam a economia nacional. Provocando a maior crise política, econômica e institucional da história do país.

É certo que aos denunciados (delatados) somente resta o exercício da hipocrisia e da mentira, o que lhes é in-

clusiva garantia constitucional. A vergonha não lhes é atributo, por isso negam os fatos e mentem, criando versões fora do alcance da lógica e da razoabilidade. Poderiam falar, como acabaram falando os "delatores", não que eu particularmente concorde com esta prática pelo Estado, a delação.

O que se depreende de tudo que já foi revelado é que parte do empresariado nacional, aquela que optou por participar deste tipo de relação criminosa, foi ao mesmo tempo vítima de "extorsão" da classe política. Pois corrupção não foi o que exclusivamente ocorreu ao longo destes anos. O pior é que todos os envolvidos, como direito de defesa, quando não negam os fatos, justificam os valores que receberam como "doações de campanha", declaradas ao Tribunal Eleitoral, que teria aprovado as contas de suas campanhas.

Estelionato puro, pois sabiam que recebiam tais valores com o compromisso de "trabalharem" em favor dos doadores. O que fizeram, religiosamente, ao longo dos anos. Porém, não adianta negar, pois a investigação criminal é eficaz para desvendar a relação de favorecimento e de recebimento.

O que vemos é que não se tratam de pessoas de bem (homens e mulheres), pois se o fossem deixariam a vida pública, ajudariam a esclarecer os fatos e encurtariam esta "via crucis". Quando muito, se calariam, contribuindo para que o país retorne à sua normalidade. Porém, preferem o caminho da provocação e do escárnio, criando história e distorcendo os fatos para acobertarem a sua falta de moral e de caráter.

*O autor é advogado criminalista
(jônataspirkiel@terra.com.br)

BEMPARANÁ 19 ABR 2017

PAINEL

Conselhos

Conselhos profissionais não podem exigir certidão negativa criminal ou administrativa como condição para a inscrição de novo associado. O entendimento é da 3ª Turma do TRF da 3ª Região.

Uber

Município só pode proibir aplicativo Uber se regulamentar o transporte particular de passageiros. O entendimento é da 22ª Câmara Cível do TJ do Rio Grande do Sul.

Video

Não incide ISS sobre o serviço de filmagem particular de vídeos feito por encomenda. O entendimento é da 1ª Turma do STJ.

Não morreu

As advogadas Gislaine Cunha Vasconcelos de Mello e Ana Paula Costa de Azevedo acabam de lançar na internet a plataforma "Inês Não Morreu" com informações, esclarecimentos e orientações sobre diversos assuntos ligados às leis, tratados de forma bem-humorada e com uma linguagem fácil e descontraída. O endereço do blog é www.inesnaomorreu.com

Depressão

Um contrato entre uma pequena empresa de engenharia e uma Universidade foi anulado sem a aplicação de multa, porque o dono da empresa foi acometido de depressão e não pôde fazer a obra. Para a 3ª Turma do TRF da 4ª Região, depressão se equipara a caso fortuito e permite anulação de contrato.

Teto

As verbas recebidas a título horas extras estão sujeitas à incidência do teto constitucional dos servidores públicos. O entendimento é da 2ª Turma Cível do TJ do Distrito Federal.

Direito sumular

Súmula nº 577 do STJ- É possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório.

Justiça decide hoje se policial vai a júri popular por morte de copeira

Acontece hoje, no Tribunal do Júri a audiência de instrução do processo que tem como ré a investigadora da Polícia Civil Kátia das Graças Belo. Ela é acusada de disparar os tiros que mataram a copeira Rosária Miranda da Silva no dia 23 de dezembro do ano passado. A audiência vai definir se o caso segue para o júri popular ou não.

19 ABR 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

STF deve torcer pelo fim do foro privilegiado

Como já era de se esperar, as delações da Odebrecht acabaram provocando uma revolução no mundo político brasileiro. Independentemente da engraçadíssima lista de apelidos que constavam na planilha da empreiteira, o fato é que sobrou

apenas o "baixo clero" fora das listas de Janot e Fachin. Os líderes partidários brasileiros, com raríssimas exceções, estão comprometidos com denúncias de caixa 2.

Ao mesmo tempo, o Congresso tem na pauta o fim do foro privilegia-

do. Ou seja, para o Supremo Tribunal Federal, corte encarregada de julgar os políticos com mandato, torce para que a proposta seja aprovada. Caso contrário, o STF terá uma fila gigantesca de processos para debater nos próximos anos.

Os envolvidos estão entre a cruz e a espada. Se não aprovarem medidas que agradem ao eleitor, correm o risco de perder o mandato e o foro privilegiado. Ao mesmo tempo, se aprovarem as mudanças, correm o risco de cair na Justiça comum. ●

STF confirma título brasileiro de 1987 para o Sport

A discussão se arrasta nos tribunais há anos, porém, nesta terça-feira, houve mais um episódio da briga de Flamengo e Sport pelo título brasileiro de 1987. A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal negou o recurso do clube carioca contra a decisão da Corte que assegurou o título nacional exclusivamente ao time de Recife.

Por 3 votos a 1, o Flamengo novamente foi derrotado juridicamente na briga pelo título brasileiro. Relator do caso, o ministro Marco Aurélio, declarado flamenguista, votou contra

o próprio clube. Já o ministro Luís Roberto Barroso foi o único que defendeu a divisão do título. Além deles, Alexandre de Moraes e Rosa Weber também participaram da votação.

Atravessando uma grande crise financeira, a Confederação Brasileira de Futebol abriu mão de organizar o Campeonato Brasileiro de 1987, deixando o Clube dos 13 formular o torneio, chamado de Copa União.

Posteriormente, a CBF voltou atrás e decidiu realizar outro campeonato com os clubes que foram

excluídos da Copa União. Os times foram divididos em dois módulos. O módulo verde era composto pelos clubes integrantes do Clube dos 13, já o módulo amarelo abrigava as equipes que não jogaram a Copa União. O Flamengo, campeão do módulo verde, e o Internacional, vice-campeão, se recusaram a jogar contra o Sport e o Guarani, campeão e vice, respectivamente, do módulo amarelo. Desde então muito se discute sobre quem é o verdadeiro campeão brasileiro de 1987. ●